

Por uma vida pior

TAGS: Política, Dora Kramer, Nacional

Dora Kramer

O Ministério da Educação decidiu não tomar conhecimento da adoção em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*, que “ensina” a língua portuguesa com erros de português. Avalizou, quando autorizou a compra e a distribuição, e depois corroborou seu apoio àquela ode ao desacerto ao resolver que a questão não lhe diz respeito.

Fica, portanto, estabelecido que o ministério encarregado dos assuntos educacionais no Brasil, além de desmoralizar os mecanismos de avaliação de desempenho escolar, não vê problemas em transmitir aos alunos o conceito de que as regras gramaticais são irrelevantes.

Pelo raciocínio, concordância é uma questão de escolha. Dizer “nós pega o peixe” ou “nós pegamos o peixe” dá no mesmo. “Os menino” ou “o menino”, na avaliação do MEC, são duas formas “adequadas” de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora.

A opção pelo correto passa a ser considerada explicitação de “preconceito linguístico”.

De onde, “nós vai ao mercado todos os dias” pode ser um exemplo de construção gramatical plenamente aceitável em salas de aula e fora delas. “As notícia” também “poderá” ser “apresentada” todas as noites nos jornais de televisão sem que os apresentadores sejam importunados por isso.

Ironias à parte, o assunto é da maior seriedade. Graves e inacreditáveis tanto a tese defendida pela professora quanto a posição do ministério em prol da incultura que apenas dificulta o acesso a uma vida melhor. Aceitar como correta a argumentação de que a linguagem oral se sobrepõe ao idioma escrito em quaisquer circunstâncias e que não existe mais o “certo” nem o “errado”, mas sim o “adequado” e o “inadequado” em face das deficiências educacionais, equivale a aceitar a revogação de todas as regras.

Não apenas do português, mas de todos os outros itens que compõem o currículo escolar. Com precisão, a escritora Ana Maria Machado exemplifica: “Seria como aceitar que dois mais dois são cinco”.

Ou consentir na adaptação da história e da geografia ao estágio do conhecimento de cada um.

Tal deformação tem origem na plena aceitação do uso impróprio do idioma por parte do ex-presidente Lula, cujos erros de português se tornaram inimputáveis, por supostamente simbolizarem a mobilidade social brasileira.

Corrigi-los ou cobrar o uso correto da língua pelo primeiro mandatário da nação viraram ato de preconceito.

Eis o resultado da celebração da ignorância, que, junto com a banalização do malfeito, vai se confirmando como uma das piores heranças do modo PT de governar.

Multiplicação. Amigos e correligionários manifestaram confiança na lisura e nas explicações do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para o crescimento de seu patrimônio de R\$ 375 mil para cerca de R\$ 7,5 milhões em quatro anos.

Confiança essa da qual poderão desfrutar também o restante dos brasileiros assim que o ministro deixar de lado as evasivas a informar exatamente como amealhou o capital.

O governo tentará deixar por isso mesmo, mas cabe ao ministro notar que seu histórico e suas pretensões não permitem acúmulo desse tipo de passivo.

Blefe. Os produtores rurais têm pressa de aprovar o novo Código Florestal antes de expirar, em 11 de junho próximo, a validade do decreto que suspendeu temporariamente as punições a proprietários rurais que não tenham em suas terras o porcentual de mata nativa recomendado por legislação ambiental de 1998.

Mas o governo também tem muito interesse nisso porque, uma vez extinto o decreto, o poder público vai se deparar com a necessidade de dar uma solução para a quase totalidade dos produtores que amanheceriam o dia 12 de junho na ilegalidade.

Se não prorrogar o decreto, ver-se-á na desagradabilíssima contingência de se indispor com todo o setor agrícola. Sem falar no esforço que precisará empreender para fiscalizar e multar a nova gama de infratores.